

VI

A ECONOMIA MUNDIAL

Produção

A crise financeira nos mercados emergentes, iniciada em 1997, intensificou-se no decorrer de 1998 e afetou em vários graus as demais economias do mundo. As condições das economias asiáticas não melhoraram e a Rússia foi atingida por crise econômica e financeira que se refletiu em vários países latino-americanos. Os mercados de ações tornaram-se voláteis e, especialmente nos Estados Unidos, o *spread* para empréstimos aumentou acentuadamente. De acordo com estimativa do FMI, entretanto, o crescimento mundial situou-se em 2% em 1998, após 4,1% no ano anterior. Em sua área como um todo, a OCDE estima que o crescimento do PIB tenha sido de 2,25% em 1998, refletindo principalmente o desenvolvimento do Japão e da Coreia.

Nos Estados Unidos, a taxa real de crescimento do PIB foi 3,5%, após 3,9% no ano anterior, e a mais elevada entre as nações do grupo dos sete países mais industrializados (G-7). A demanda interna permaneceu forte no primeiro semestre de 1998, com os gastos pessoais crescendo mais que o aumento de renda, fazendo com que a taxa de poupança caísse. A produção continuou crescendo no mesmo ritmo que em 1997, porém, parte da força da demanda interna foi compensada pela debilidade nas exportações. No segundo trimestre, alguns sinais de menor vigor econômico foram observados, o que se prolongou pelo terceiro trimestre. Contudo, com o aumento dos estoques, o crescimento da produção se manteve além da expectativa de mercado. O crescimento do PIB para o quarto trimestre foi 6,1%, devido, principalmente, à elevação dos gastos pessoais, dos investimentos e das exportações.

Quadro 6.1 - Taxas anuais de crescimento do PIB real

Variações percentuais

Países	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total OCDE	1,2	2,9	2,3	3,0	3,2	2,2
Sete principais países	1,1	2,8	2,1	2,8	2,8	2,1
Alemanha	-1,2	2,7	1,2	1,3	2,2	2,7
Canadá	2,5	3,9	2,2	1,2	3,7	3,0
Estados Unidos	2,3	3,5	2,3	3,4	3,9	3,5
França	-1,3	2,8	2,1	1,6	2,3	3,1
Itália	-1,2	2,2	2,9	0,7	1,5	1,5
Japão	0,3	0,6	1,5	3,9	0,8	-2,6
Reino Unido	2,3	4,4	2,8	2,6	3,5	2,7

A Alemanha apresentou crescimento de 3,5% do PIB, taxa anualizada, no primeiro semestre do ano, à medida em que a forte demanda interna compensou o fraco desempenho das exportações. No segundo semestre, embora novas encomendas às fábricas tenham permanecido em nível elevado, pararam de crescer, uma vez que a firme demanda interna foi largamente compensada pela redução no crescimento das encomendas externas, fazendo com que a taxa do crescimento do PIB diminuísse nesse período, o que levou o crescimento do país a atingir 2,75% em termos anuais.

Na França, o crescimento econômico situou-se na faixa de 3% ao ano, devido principalmente à demanda interna. O consumo foi fortalecido pela rápida criação de empregos, ganhos reais de salários e crescente confiança do consumidor. Contudo, as exportações diminuíram consideravelmente durante a primeira metade do ano, resultado da queda das vendas para os países asiáticos em crise.

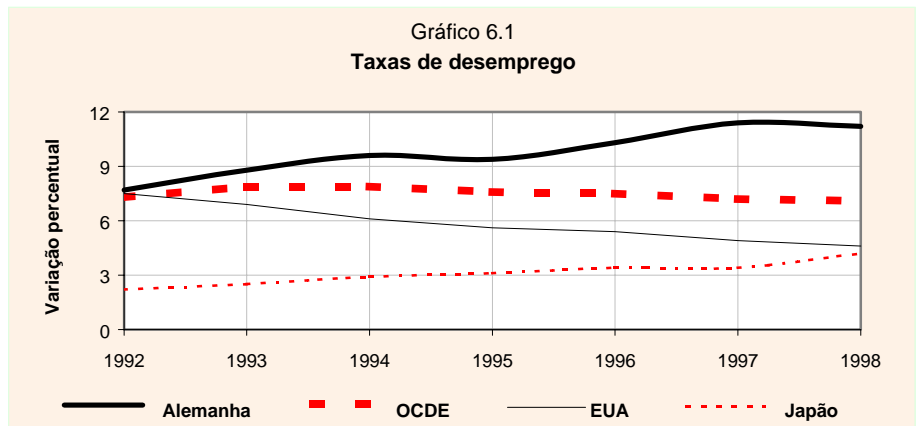
No Japão, vários fatores contracionistas combinaram-se para prolongar e agravar a recessão que já entrou no segundo ano de vigência. Os problemas dos *bad loans* do sistema bancário não foram ainda resolvidos, contribuindo para diminuir a confiança dos consumidores e investidores e conduzindo a acentuado declínio nos gastos pessoais. As condições de crédito deterioraram no último inverno e podem piorar ainda mais pelo declínio no preço da terra e das ações. A crise dos mercados emergentes afetou adversamente as exportações japonesas.

Quanto aos países em desenvolvimento, segundo dados divulgados pelo FMI, ocorreu redução acentuada na taxa média de crescimento, passando de 5,8% em 1997 para 2,3% em 1998. A maior desaceleração ocorreu para as nações asiáticas, cuja taxa de crescimento caiu de 6,6% em 1997 para 1,8% em 1998. Mesmo na China, que foi menos afetada pela crise, a taxa de crescimento de 7,8% foi a menor dos últimos anos.

Segundo a Cepal, o crescimento econômico médio caiu de 5,2% em 1997 para 2,3% em 1998, na América Latina e Caribe, porém acima da média da economia mundial. Para a maioria dos países, o primeiro semestre caracterizou-se por alto crescimento econômico, em continuidade ao ocorrido em 1997, enquanto, na segunda metade do ano houve desaceleração ou contração. Tal fato se deveu à política macroeconômica mais austera em 1998, principalmente após a crise da Rússia.

Emprego

O aumento de 2,2% na produção dos países da OCDE proporcionou a elevação de 0,7% no nível de emprego em 1998, comparativamente à expansão de 1,7% no ano anterior, o que provocou queda na taxa de desemprego, de 7,2% para 7,1%. As sete nações mais industrializadas também apresentaram redução na taxa de desemprego de



6,8% para 6,7%, devido principalmente à redução das taxas nos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Dentre as nações do G-7, o Japão foi a única que apresentou aumento no desemprego, passando de 3,4% em 1997 para 4,2% em 1998, devido à contração de 2,6% de sua economia.

Nos Estados Unidos, a expansão real de 3,5% da economia, com inflação de 1,6% no ano, fez com que a taxa de desemprego caísse para 4,6% no ano, tendo em alguns meses atingido o nível de 4,3%, inclusive dezembro, recorde de baixa por vários anos.

Na Alemanha, o nível de emprego estabilizou-se em 1998, após a queda de 1,3% no ano precedente, fazendo com que a taxa de desemprego caísse do pico de 11,8% no último trimestre de 1997 e atingisse a média anual de 11,2%.

Na França, em 1998, a criação de emprego foi mais dinâmica do que em anos anteriores, com o emprego do setor privado crescendo 2,1% até junho. Em termos anuais, o nível de emprego cresceu 1,2% comparativamente a 0,4% em 1997, fazendo com que a taxa de desemprego caísse de 12,4% em 1997 para 11,8% em 1998. A expansão de 3,1% do PIB e a contínua moderação no crescimento dos salários podem ter sido as responsáveis por esse resultado.

Segundo a Cepal, a taxa de desemprego na América Latina e Caribe mostrou pouca variação no primeiro semestre, porém aumentou durante o segundo. A desaceleração do crescimento econômico traduziu-se por aumento da taxa de desemprego que passou de 7,3% em 1997, para 7,9%, em 1998, aumento atribuído principalmente à deterioração do emprego no Brasil e na Colômbia.

Taxa de juros e inflação

Ao longo de 1998, a elevada percepção, nos Estados Unidos, de risco nos investimentos financeiros foi acompanhada pela elevação dos preços dos títulos governamentais e

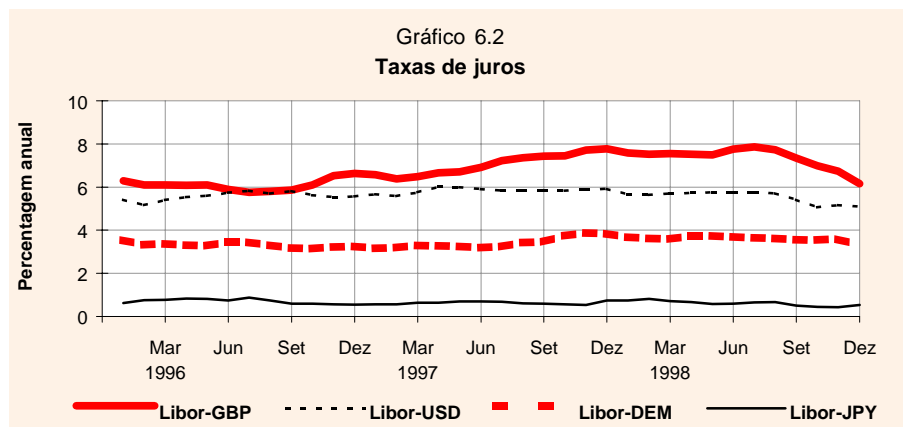
do relativo achatamento da curva de rendimento para aqueles de maturação superior a dois anos, refletindo forte desejo por liquidez e pronunciado alívio na expectativa inflacionária. No final de 1997, os rendimentos dos bônus de 30 anos do Tesouro eram de 5,98% e caíram para 5,09% ao final do ano.

As tensões no sistema financeiro e o sentimento de que o risco de redução da produção excediam a possibilidade de elevação na inflação fizeram o *Federal Reserve* reduzir a meta dos *federal funds* em 50 pontos básicos. Essa redução ocorreu em dois estágios, durante setembro e outubro, sendo o último corte feito por consulta sem votação formal do Fomc. Esses cortes trouxeram alguma liquidez ao mercado de capitais e recuperação do mercado de ações. Os principais bancos reduziram a *prime rate* para 7,75% após a divulgação do corte nas metas dos *federal funds*.

Na Europa, o Banco da Inglaterra cortou, em outubro, sua taxa básica em 25 pontos a fim de conter possível recessão conseqüente de queda dos preços das ações e da demanda doméstica, sendo essa a primeira redução nos últimos dois anos. No fim de dezembro, sua taxa básica já era de 6,25%, ainda o dobro da taxa em vigor para os países que adotaram o euro.

No início de novembro, Espanha e Portugal reduziram as taxas de juros básicas em 25 pontos, para 3,4% e 3,5% respectivamente, apressando o movimento de unificação das taxas para adoção da moeda única. Embora não tenha adotado o euro, a Suécia também cortou sua taxa básica em 25 pontos básicos e a Inglaterra em 50 pontos básicos, para 6,75%, citando como argumento a perda do ritmo de atividade econômica dentro e fora do país.

Em dezembro, dez entre onze países participantes do euro reduziram suas taxas de referência para 3%, exceto a Itália que reduziu para 3,5%. Isso refletiu a vontade do Banco Central Europeu de eliminar discussões sobre juros quando da implantação da moeda única em 1.1.99.



No Japão, a política monetária manteve baixa, no patamar de 0,5%, a taxa oficial de juros, sem qualquer expectativa de elevação no curto prazo em razão da severa recessão econômica enfrentada pelo país.

Ao contrário do ocorrido em 1997 no euromercado, a *libor* média referenciada em dólar e prazo de seis meses mostrou queda, alcançando 5,54% em 1998 comparativamente a 5,84% no ano anterior. O mesmo comportamento apresentou a taxa *libor* relativa ao iene, que atingiu média de 0,61% em 1998 e de 0,63%, no ano anterior. Por outro lado, as taxas *libor* relativas ao marco alemão e libra esterlina tiveram médias elevadas de 3,41% e 7,06%, em 1997 e de 3,61% e 7,36%, em 1998.

Os países de economia avançada alcançaram sucesso na política de controle de preços em 1998, tendo a variação percentual do IPC diminuído para 1,7%, ante 2,1%, no ano anterior, devido, em parte, à desaceleração da economia mundial e à baixa dos preços do petróleo e outras *commodities*. Por sua vez, a inflação nos países membros da OCDE caiu para 3,7% comparativamente a 4,3% no ano anterior. Nos países do G-7, a inflação situou-se em 1,4%.

Nos Estados Unidos, a despeito da taxa de 3,5% de crescimento do PIB, elevada para o porte da economia norte-americana, a queda nos preços do petróleo, das *commodities* e dos produtos importados, resultante das desvalorizações das moedas dos países em crise, fez com que a inflação continuasse a cair em 1998 e o IPC alcançasse variação de 1,6%.

No Japão, a elevação do IPC foi 0,6%, após 1,7% em 1997, devido, em parte, à recessão econômica por que passa o país, além de outros fatores de efeito geral na economia mundial. Na Europa, a inflação também apresentou desaceleração, sendo que, na Alemanha, o IPC apresentou variação anual de 0,5% em 1998, a menor da Alemanha

Quadro 6.2 - Taxas anuais de inflação - preços ao consumidor

Variações percentuais

Países	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Total OCDE	4,4	5,0	5,6	5,0	4,3	3,7
Sete principais países	2,7	2,2	2,4	2,3	2,1	1,4
Alemanha	4,5	2,7	1,8	1,5	1,8	1,0
Canadá	1,8	0,2	2,2	1,6	1,6	1,0
Estados Unidos	3,0	2,6	2,8	2,9	2,3	1,6
França	2,1	1,7	1,7	2,0	1,2	0,7
Itália	4,2	3,9	5,4	3,8	1,8	1,7
Japão	1,2	0,7	-0,1	0,1	1,7	0,6
Reino Unido	1,6	2,5	3,4	2,4	3,1	3,4

unificada, e há expectativa de que seja ainda menor em 1999. Na França, o crescimento anual do IPC foi 0,7%, comparativamente a 1,2% em 1997.

Nos países em desenvolvimento, a variação média do índice de preços ao consumidor foi 10,3%, contra 9,1% ocorrido em 1997. Os países da Ásia foram os responsáveis por essa elevação, ao apresentarem inflação de 8,3% em 1998, comparativamente a 4,7% no ano anterior. As demais regiões apresentaram inflação igual ou inferior à de 1997.

De acordo com a Cepal, a inflação na América Latina e Caribe, que no período entre 1990 e 1997 reduziu-se drasticamente, atingiu o mínimo em 1998, com a taxa nos doze meses terminados em novembro de 1998 situando-se em 10,2%, a mais baixa em cerca de cinquenta anos. A acentuada desaceleração na década de noventa pode ser atribuída fundamentalmente às novas políticas adotadas nos últimos anos, com reformas estruturais e conjuntura externa favorável até meados de 1997. Os problemas financeiros que afetaram a economia mundial em 1998 não provocaram efeitos significativos nos preços internos. Em função de políticas monetárias restritivas e da situação recessiva existente em vários países da região, as desvalorizações cambiais não provocaram acentuadas altas nos preços.

Comércio mundial

O volume do comércio mundial de bens cresceu 3,9% em 1998, bem menos que o aumento de 10,3% registrado em 1997, segundo estimativa do FMI. Essa desaceleração foi devida, em grande parte, às contrações das economias do Japão, da Ásia e da Rússia, bem como às menores taxas de crescimento na América Latina.

A importação de mercadorias pelos países de economia avançada apresentou aumento de 4,7% comparativamente a 9,6% no ano anterior. Estados Unidos, Itália, França e Alemanha, economias que mostraram bom desempenho econômico em 1998, foram os que apresentaram maiores taxas de expansão no volume de importação. O Japão, vivendo a pior recessão dos últimos anos, apresentou contração no volume importado.

A taxa de expansão do volume de importações de bens dos países em desenvolvimento caiu para 1,3%, bem abaixo das registradas em anos anteriores: 10,7%, em 1997; 9,1%, em 1996 e 12,3%, em 1995.

A América Latina e Caribe mostraram aumento de 8,8%, inferior aos 18,3% registrados em 1997, refletindo em menor escala a recessão dos países asiáticos e do Japão.

Quadro 6.3 - Indicadores de comércio internacional

Variações percentuais

Discriminação	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Volume de comércio						
Total mundial	3,7	10,1	10,2	6,6	10,3	3,9
Exportações						
Economias avançadas	2,9	9,6	9,4	6,1	10,8	3,8
Países em desenvolvimento	7,5	14,0	11,9	8,6	11,1	3,9
Exportadores de petróleo	2,5	8,1	3,8	7,1	6,8	-1,4
Não-exportadores de petróleo	9,6	16,1	14,4	9,0	12,4	5,3
Importações						
Economias avançadas	2,2	11,1	9,4	5,8	9,6	4,7
Países em desenvolvimento	10,4	7,9	12,3	9,1	10,7	1,3
Exportadores de petróleo	-5,7	-12,2	3,6	1,3	14,0	1,7
Não-exportadores de petróleo	14,9	12,5	13,9	10,4	10,1	1,3
Termos de troca						
Economias avançadas	1,9	0,5	0,2	-1,0	-0,9	0,7
Países em desenvolvimento	-3,4	-0,5	1,8	2,4	0,9	-3,2
Exportadores de petróleo	-10,7	-6,5	-0,7	10,5	0,3	-15,4
Não-exportadores de petróleo	-0,5	1,7	2,2	0,3	1,1	-

Os países de economia avançada apresentaram taxa de crescimento de 3,8% no volume de mercadorias exportadas, inferior à de 10,8% ocorrida em 1997 e nos últimos nove anos, superior apenas à de 1993 (2,9%). Alemanha, França, Itália, Canadá e Estados Unidos apresentaram as taxas de expansão mais expressivas.

Os países em desenvolvimento mostraram aumento de 3,9% no volume de suas exportações, comparativamente a 11,1% no ano anterior. No que se refere à América Latina e Caribe, o volume de mercadorias exportadas cresceu 5,8%, contra 11,8%, observados em 1997.

Em termos de preços referidos em dólar, o petróleo apresentou a maior redução (31,1%), seguido pelas *commodities*, exceto petróleo (13,9%). Os manufaturados mostraram redução de 3,9%, inferior à de 8,2% observada em 1997.

Os termos de troca mostraram ganho de 0,9% para os países de economia avançada e perdas de 3,2% para os países em desenvolvimento, devido, principalmente, à queda nos preços das *commodities*. No ano anterior, verificaram-se perdas de 0,8% para os países de economia avançada e de 0,7% para os países em desenvolvimento.

Quadro 6.4 - Comércio mundial ^{1/}

US\$ bilhões

Países	1996		1997		1998 ^{2/}	
	Exportações	Importações	Exportações	Importações	Exportações	Importações
Total	5 476,1	5 695,5	5 653,3	5 867,3	5 582,6	5 794,0
Estados Unidos	625,1	822,0	688,7	899,0	680,1	887,8
Japão	410,9	349,2	421,0	338,8	388,0	280,5
Canadá	201,6	175,2	214,4	200,9	211,7	198,4
UE	2 120,3	1 999,7	2 115,2	1 999,4	2 123,4	2 001,7
Alemanha	524,2	458,8	512,4	445,6	540,6	467,3
Reino Unido	260,8	286,0	281,7	311,4	278,2	307,5
França	288,5	277,7	290,1	269,6	286,5	266,2
Itália	252,0	208,1	238,2	208,3	235,2	205,7
Países Baixos	197,4	180,6	196,1	179,1	193,6	176,9
Bélgica-Luxemburgo	182,6	161,3	178,9	158,0	176,7	156,0
Demais	414,8	427,2	417,8	427,4	412,6	422,1
Aelc	127,7	112,1	122,9	108,8	125,2	109,2
Suíça	76,2	74,5	72,5	71,1	75,4	73,9
Demais	51,5	37,6	50,4	35,7	49,8	35,3
Aladi	195,1	204,9	210,7	246,2	206,9	244,5
Brasil	47,8	57,0	52,8	65,0	51,0	64,2
Argentina	23,8	23,8	25,5	30,4	25,2	31,4
México	59,1	61,2	65,3	76,8	64,5	75,8
Demais	64,4	62,9	67,1	74,0	66,3	73,1
Outros países	1 795,4	2 032,4	1 880,4	2 074,2	1 847,3	2 072,0

1/ Países-membros do FMI, incluindo Formosa. Exportações (FOB); Importações (CIF).

2/ Estimado.

Balanco de pagamentos

Os países de economia avançada apresentaram superávit em conta corrente de US\$ 39,6 bilhões, comparativamente a US\$ 69,4 bilhões em 1997. Entretanto, as sete economias mais ricas apresentaram déficit de US\$ 67,4 bilhões, após resultado positivo de US\$ 6 bilhões, no ano precedente. Os Estados Unidos passaram de déficit de US\$ 155,2 bilhões para US\$ 236,3 bilhões em 1998, resultado do aumento da demanda interna por produtos importados. Pela primeira vez desde a reunificação, a Alemanha apresentou superávit em sua conta corrente, que passou de déficit de US\$ 4 bilhões para resultado positivo de US\$ 6 bilhões, devido, principalmente, ao resultado de sua balança comercial. O Japão, por sua vez, mostrou forte crescimento no superávit, que passou de US\$ 94,1 bilhões para US\$ 131,4 bilhões em 1998, explicado pela redução significativa de suas importações, devido à forte recessão que atravessa no momento.

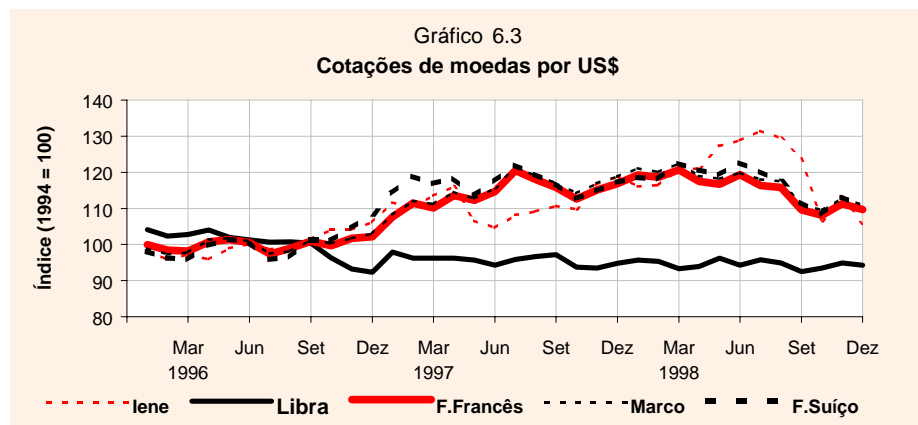
Em 1998, os países em desenvolvimento apresentaram déficit em conta corrente de US\$ 78,3 bilhões, comparativamente a US\$ 61,8 bilhões no ano precedente, sendo os países da América Latina e Caribe os que mais contribuíram para esse resultado, com déficit de US\$ 80,5 bilhões, após déficit de US\$ 64,9 bilhões em 1997. Quanto à Ásia, exclusive China e Índia, o superávit que, em 1997, havia sido de US\$ 4,7 bilhões, passou para US\$ 37,2 bilhões, devido, em parte, à redução das importações.

Na América Latina e Caribe, o impacto da crise financeira internacional sobre os fluxos de capital continuou manifestando-se de forma mais generalizada em 1998, principalmente a partir da crise da Rússia. Em 1998, a América Latina recebeu US\$ 62 bilhões, comparativamente a US\$ 80 bilhões no ano anterior, o que comprometeu o financiamento do déficit em conta corrente. Esse aumentou de 3% do PIB da região, em 1997, para 4%, em 1998. Esse crescimento pode ser explicado por forte deterioração na balança comercial, causada, em parte, pela queda nos preços dos produtos exportados. O déficit em conta corrente foi financiado com parte das reservas internacionais e capitais compensatórios no valor de US\$ 22 bilhões.

Mercado internacional de câmbio

O dólar norte-americano mostrou, no início de 1998, valorização frente às principais moedas, contudo foi-se desvalorizando no decorrer do ano e, comparativamente ao final de 1997, destacaram-se as seguintes depreciações do dólar: em relação ao iene (13,2%), marco alemão (7,3%), florim (6,2%), franco francês (6,0%), lira italiana (5,5%) e libra esterlina (0,3%).

Na União Européia, foram mantidos os movimentos favoráveis nas taxas de câmbio, onde onze desses países adotaram o euro como moeda única em 1º de janeiro de 1999. As cotações de suas moedas mantiveram-se fortes, principalmente em relação aos países onde o petróleo ou outros produtos primários são a principal fonte de renda ou de receita de exportação.



Na América Latina e Caribe, segundo a Cepal, a contração dos mercados creditícios nacionais e internacionais, associada à redução no ritmo de crescimento econômico da maioria dos países da região, fez com que as políticas de câmbio se tornassem mais problemáticas.

O aumento do déficit externo nos países da região levou à demanda por divisas líquidas, contudo, na maioria dos casos, não foi permitido que o mercado determinasse livremente a taxa de câmbio, por temor de desvalorizações incontroláveis, que poderiam trazer de volta o processo inflacionário. Em alguns casos, utilizaram-se as reservas para impedir desvalorizações excessivas e elevação das taxas de juros para deter fuga de capitais.

A apreciação do câmbio real médio registrada durante parte da atual década terminou, com o maior controle da inflação na região e com o aumento da taxa nominal de desvalorização cambial.

Ouro e petróleo

As cotações do ouro no mercado internacional em 1998 continuaram a apresentar tendências de baixa com pequenas oscilações, como em 1997. O ouro, comercializado a US\$ 293,05 a onça-troy em fins de 1997, em Londres, foi vendido a US\$ 287,15 por onça-troy no final de dezembro de 1998, indicando desvalorização de 2%. A redução dos preços do metal ao nível mais baixo em 18 anos tem sido atribuída à venda ou empréstimo de ouro de suas reservas pelos bancos centrais e às operações dos fundos de investimentos.

Os preços do petróleo mantiveram-se em baixa em 1998, passando de US\$ 16,41 por barril no final de 1997, para US\$ 10,57 por barril, em dezembro de 1998 (tipo *Brent*). Essa

Quadro 6.5 - Preços de petróleo no mercado *spot*

US\$/barril						
Países	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Arábia Saudita	15,4	14,9	16,8	19,6	18,8	12,2
Emirados Árabes Unidos	15,0	14,7	16,1	18,6	18,2	12,2
Estados Unidos	18,5	17,2	18,4	22,1	20,7	14,4
Irã	15,5	15,2	16,2	18,8	18,4	11,6
Nigéria	17,6	16,3	17,4	21,2	19,5	12,8
Reino Unido	17,1	15,8	17,0	20,5	19,1	12,8

queda foi provocada pelo excesso de oferta frente à demanda existente, principalmente devido à redução da procura no Japão e países asiáticos em crise.

Em fins de março, Arábia Saudita, Venezuela e México, responsáveis por mais de 20% da produção mundial diária de petróleo, anunciaram acordo para cortar em 0,8% (cerca de 600 mil barris por dia) o excesso de oferta que derrubou os preços ao nível mais baixo em nove anos.

Em junho, a Opep e outros países exportadores fizeram acordo para corte de 3,2 milhões de barris/dia na produção, contudo só dois terços do corte foram realizados, o que se mostrou insuficiente para elevar o preço do petróleo.

A demanda mundial de petróleo, de acordo com estimativa da OCDE, passou para 74,3 milhões de barris/dia em 1998, após 73,8 milhões de barris/dia no ano anterior, indicando aumento de 0,7%. Os países da OCDE foram responsáveis por 62,9% dessa procura, sendo que Canadá e Estados Unidos demandaram 23 milhões de barris/dia, a Europa, 15,3 milhões e os países do Pacífico, 8,5 milhões, comparativamente a 8,9 milhões em 1997. Por outro lado, a oferta estimada foi de 75,5 milhões de barris/dia, comparativamente a 74,4 milhões de barris/dia no ano precedente.

Reservas internacionais

Em outubro de 1998, o total das reservas externas mundiais atingiu US\$ 1,8 trilhão, apresentando elevação de 2,4% em relação à posição ocorrida no final de 1997. Os critérios de apuração são do FMI e os ativos em ouro cotados a DES 35 por onça-troy.

Os países industrializados mostraram crescimento de 2,1% em suas reservas internacionais, atingindo o montante de US\$ 831 bilhões até outubro, comparativamente

Quadro 6.6 - Reservas internacionais^{1/} - final de período

US\$ bilhões

Discriminação	1993	1994	1995	1996	1997	1998 ^{2/}
Total	1 084	1 233	1 401	1 615	1 733	1 775
Países industrializados	605	673	761	827	814	831
Países em desenvolvimento	479	560	640	788	919	944
África	19	23	25	30	39	39
Ásia	262	335	373	431	519	558
Europa	24	29	47	89	98	96
Oriente Médio	65	68	75	81	93	95
Hemisfério Ocidental	109	105	120	157	170	156

1/ Ouro cotado a DES 35 a onça-troy.

2/ Posição em outubro.

a 31.12.97. Entre essas nações, o Japão foi o detentor da maior parcela, com reservas totalizando US\$ 214 bilhões, após US\$ 221 bilhões ao final do ano anterior, seguindo-se em ordem decrescente de reservas, Alemanha (US\$ 86 bilhões), Estados Unidos (US\$ 81 bilhões) e Espanha (US\$ 71 bilhões).

Nas economias em desenvolvimento, mais uma vez ocorreu aumento no valor total de suas reservas, para US\$ 944 bilhões, expansão de 2,7% nos primeiros dez meses de 1998. A Ásia, com US\$ 558 bilhões, participou com 59,1% desse volume, com destaque para China (US\$ 148 bilhões).

Na América Latina e Caribe, segundo o FMI, houve decréscimo de 8,2% nas reservas nos primeiros dez meses de 1998, devido à fuga de capitais estrangeiros, principalmente após a crise da Rússia, e à necessidade de financiar o déficit em conta corrente. O Brasil com US\$ 41 bilhões, seguido do México com US\$ 31 bilhões e da Argentina com US\$ 23 bilhões, foram os maiores detentores de reservas da região, sendo que para o Brasil houve significativa redução do nível de reservas em relação ao ano precedente, ao tempo em que, para o México e Argentina, houve ligeira elevação. Em estimativa do FMI, a relação entre reservas externas e a importação de bens e serviços, em 1998, elevou-se para 44,3% nos países em desenvolvimento. Nas nações da América Latina e Caribe, houve redução para 45,3%, comparativamente a 50,3%, em 1997 e 54%, em 1996.

Dívida Externa

A dívida externa acumulada dos países em desenvolvimento totalizou US\$ 1,81 trilhão ao término de 1998, comparativamente a US\$ 1,77 trilhão no fim do ano precedente, segundo estimativas do FMI, indicando aumento de 2,3%. A região que apresentou maior nível de endividamento foi a América Latina e Caribe com US\$ 681,3 bilhões, seguida da Ásia com US\$ 616,9 bilhões. Porém, enquanto a primeira região teve seu nível de endividamento aumentado em 7,5% em relação ao ano de 1997, a segunda apresentou redução de 2,8%.

Ocorreu melhoria no perfil do endividamento para os países em desenvolvimento, com a parcela de dívida de longo prazo representando 83,7% do total, comparativamente a 82,8% no ano anterior. Para os países da América Latina e Caribe, as obrigações de longo prazo aumentaram de 83,5% para 84,3% do total, entre 1997 e 1998, o que pode melhorar as condições de negociação na captação de recursos externos.

Quanto à dívida por tipo de credor, os créditos de entidades oficiais permaneceram no mesmo patamar, 4,12% do total, comparativamente ao ano de 1997. A posição credora de bancos particulares permaneceu, em 1998 (US\$ 475,1 bilhões), quase a mesma que em 1997 (US\$ 475,6 bilhões). Particularmente para os países da América

Latina e Caribe, outras entidades privadas foram as maiores detentoras com US\$ 342,8 bilhões, ante US\$ 295,5 bilhões no ano anterior.

Em 1998, a relação dívida externa total e exportação de bens e serviços dos países em desenvolvimento elevou-se para 148,0%, após 141,8% no ano anterior. Para a região da América Latina e Caribe, essa relação também cresceu, passando de 211,4%, em 1997, para 223,4%. Quanto à relação dívida externa e PIB, houve aumento de 31,8%, em 1997, para 32,8%, considerando-se o grupo dos países em desenvolvimento como um todo. Para as nações latino-americanas e caribenhas, a relação passou de 31,5%, em 1997, para 33,2%, em 1998.